



Desenvolvimento em Questão

ISSN: 1678-4855

davidbasso@unijui.edu.br

Universidade Regional do Noroeste do  
Estado do Rio Grande do Sul  
Brasil

Zucatto, Luis Carlos; de Sá Medeiros, Haroldo; Nunes da Silva, Tania; Paes de Souza,  
Mariluce

Gargalos à Expansão da Produção e Comercialização do Algodão Agroecológico. O Caso  
de uma Associação de Produtores Familiares no Nordeste do Brasil

Desenvolvimento em Questão, vol. 13, núm. 31, julio-septiembre, 2015, pp. 228-258

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul  
Ijuí, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75239796009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# Gargalos à Expansão da Produção e Comercialização do Algodão Agroecológico

O Caso de uma Associação de Produtores Familiares no Nordeste do Brasil<sup>1</sup>

Luis Carlos Zucatto<sup>2</sup>

Haroldo de Sá Medeiros<sup>3</sup>

Tania Nunes da Silva<sup>4</sup>

Mariluce Paes de Souza<sup>5</sup>

## Resumo

O objetivo deste estudo é identificar gargalos à expansão da produção e comercialização do algodão agroecológico produzido por agricultores familiares do Nordeste do Brasil integrantes da Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá – Ceará (Adec). Na realização do estudo observou-se a abordagem qualitativa, com coleta de dados por meio de entrevistas e nas *Web Pages* de organizações envolvidas nessa atividade. Como principais resultados, o estudo mostra que os compradores de algodão agroecológico da ADEC são empresas que compõem a Rede Justa Trama e a Veja (empresa francesa que utiliza o produto para a produção de tênis e confecções com apelos

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no evento Estados Gerais da Gestão nos Países de Expressão Latina – EGGPEL (Lisboa, 2012), porém revisto e atualizado.

<sup>2</sup> Mestre e Doutorando em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/UFRGS). Professor do Departamento de Administração da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/Cesnors), Campus de Palmeira das Missões. luiszucatto@gmail.com

<sup>3</sup> Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Rondônia (Unir). Professor titular da Universidade Federal de Rondônia (Unir). haroldo\_sm@hotmail.com

<sup>4</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/UFRGS). tnsilva@ea.ufrgs.br

<sup>5</sup> Doutora em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea) da Universidade Federal do Pará (Ufpa), com Pós-Doutorado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora associada da Universidade Federal de Rondônia (Unir). Coordenadora do Centro de Estudos Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Cedsa). admunir2106@yahoo.com.br

de comércio justo). Há evidências de que a escala se constitua em um gargalo para a expansão da produção e comercialização deste produto. A regularidade da produção, na Adec, é fortemente influenciada pela rotatividade de agricultores na produção do algodão agroecológico, assim como por questões climáticas. Já a falta de formação de capital de giro seria um gargalo preponderante para o financiamento da produção. O preço, no momento do levantamento dos dados, era de R\$ 25,00 por arroba e era válido desde 2006. Como principal contribuição o estudo evidencia a estratégia do Grupo de Agroecologia e Mercado, que se articula enquanto elemento inovador no que diz respeito à forma de organização da produção do algodão agroecológico e na formação de preços para o mesmo.

**Palavras-chave:** Algodão agroecológico. Gargalos. Economia solidária. Comércio justo.

### **BOTTLENECKS TO THE EXPANSION OF PRODUCTION AND COMMERCIALIZATION OF AGRO-ECOLOGICAL COTTON: THE FAMILY FARMERS ASSOCIATION IN NORTHEAST BRAZIL CASE**

#### **Abstract**

---

This study aims to identify bottlenecks to the expansion of production and commercialization of agro-ecological cotton produced by Family farmers in the Northeast of Brazil associated to the ADEC (Association for Educational and Cultural Development, Tauá – Ceará). In conducting the study we observed a qualitative approach in collecting data through interviews and the Web Pages of organizations involved in this activity. As main results, the study suggests that buyers of Adec agroecological cotton are companies that make up the Justa Trama Network and Veja (French company that uses the product for the production of shoes and clothing with fair trade appeals). There are evidences that the scale would constitute a relevant bottleneck for the expansion of production and marketing of this product. The production regularity, in the Adec, is strongly influenced by farmers turnover in agroecological cotton production, as well as climate issues. Already, the lack of formation for floating capital would be a major bottleneck for production financing. The price at the time of the data collection, was R\$ 25.00 per arroba and watches since 2006. The main contribution of the study highlights the Strategy for Agroecology and Market Group, which is articulated as an innovative element in relation to the form of organization of agroecological cotton production and pricing for the same.

**Keywords:** Agroecological cotton. Bottlenecks. Solidary economy. Fair trade.

Dentre os empreendimentos brasileiros produtores de algodão com base na agroecologia, destaca-se a Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá (Adec), com sede em Tauá-CE. Esta associação foi fundada em 1986 por mulheres artesãs e, atualmente, conta com 300 agricultores familiares, também localizados em outras cidades do Ceará, produzindo algodão agroecológico consorciado com outras culturas, como o gergelim, o feijão e o milho, desenvolvendo todo o cultivo sem aplicação de qualquer insumo químico. A Adec participa como o primeiro elo da cadeia produtiva do algodão solidário, também denominada Rede Justa Trama, tendo as outras empresas da rede como clientes. Os outros participantes são: Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas (Coopertextil), Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos (Univens), Cooperativa Fio Nobre dos Tecelões da Região do Município de Itajaí (Fio Nobre), Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Confecção Stilus (Coopstilus) e a Cooperativa de Trabalho dos Artesãos do Estado de Rondônia (Cooperativa Açaí). Ainda, tem como cliente a empresa Veja, fabricante de tênis, bolsas, entre outros artigos de vestuário, vendidos na Europa e Estados Unidos, com apelo de *fair trade*. Quanto ao apoio técnico, conta com o Esplar (Centro de Pesquisa e Assessoria) desde 1993 (Lima, 2007; Justa Trama, 2011).

A produção agroecológica de algodão ainda é restrita, considerando-se o potencial de demanda. Apesar dos esforços empreendidos por atores envolvidos na assistência técnica e estratégias de fomento à atividade por entes públicos e entidades não governamentais, a produção parece tender a recuar. Deste contexto emerge a situação problemática: Quais os gargalos à expansão da produção e comercialização do algodão agroecológico produzido pela Adec? Para responder ao questionamento, o objetivo deste estudo consiste em identificar os gargalos à expansão da produção e comercialização do algodão agroecológico produzido pela Adec.

O referencial teórico deste estudo trata de abordagens sobre economia solidária e comércio justo, gargalos da produção agroecológica, conceitos inerentes à produção agroecológica, aspectos específicos do algodão agroecológico.

cológico, e sobre comercialização, com ênfase na comercialização do algodão agroecológico e comércio justo. Observa-se que a produção acadêmica sobre gargalos da produção agroecológica é ainda restrita, limitando-se a esporádicas publicações em periódicos especializados e em Anais de Congressos pertinentes à área. Esta restrição, talvez, se constitua em uma possibilidade de contribuição que este estudo possa oferecer.

Este artigo resultou de parte de um projeto de pesquisa do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – Procad –, em que estavam envolvidos pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Fortaleza – Unifor e do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Rondônia – Unir.

No que diz respeito à estrutura do artigo, após esta introdução se apresenta o Referencial Teórico, Na sequência é delineado o Método do Estudo. Depois deste tópico, faz-se a Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados. Por fim, são estabelecidas as Considerações Finais e apresentadas as Referências Bibliográficas consultadas.

## Referencial Teórico

O Referencial Teórico que sustenta este estudo embasa-se, principalmente, nas abordagens da economia solidária e comércio justo, produção agroecológica e seus gargalos e na produção agroecológica, contemplando, de forma secundária, possíveis desdobramentos nesses tópicos.

### ***Economia Solidária e Comércio Justo***

Os movimentos da economia solidária e do comércio justo, apesar de ganharem expressão em tempos recentes, possuem raízes históricas, nomeadamente com o movimento do cooperativismo operário, criado por

Owen. De acordo com Singer (2003), em Londres foi criada a Bolsa de Trabalho em 1832, quando eram trocados produtos de cooperativas cujos preços eram atribuídos segundo o tempo de trabalho gasto na produção; daí a lógica do comércio justo. Além da troca de produtos, com uma perspectiva de escambo, a Bolsa de Trabalho emitia sua própria moeda em forma de notas equivalentes a horas de trabalho. Picolotto (2008) defende que outras iniciativas, como o movimento das comunas, que eram organizações que buscavam exercitar o princípio da repartição com base nas necessidades e capacidades de cada indivíduo, e as cooperativas de consumo, derivadas da experiência dos Pioneiros Probos de Rochdale, que deu origem ao cooperativismo moderno em 1844, também influenciaram os movimentos da economia solidária e do comércio justo.

Em relação a vertentes teóricas que discutem esta temática, há, pelo menos, duas correntes: uma é a concepção francófona, que trata da possibilidade de inserção e estabelecimento de amplas redes de cooperação econômica com o objetivo de garantir qualidade de vida, firmar condições necessárias à sobrevivência de sujeitos não integrados à economia de mercado e assegurar, mediante alternativas de trabalho, renda e serviços, ancorados em matrizes associativas populares. Ainda, busca estabelecer um engajamento solidário a fim de enfrentar a falta de dispositivos eficazes de proteção social (Laville; Gaiger, 2009). A outra corrente é a versão ibero-americana, a qual indica um sentido sistêmico de interdependência e ligação da economia com a vida, admitindo duas dimensões integradas entre si: a primeira trata da solidariedade, enquanto a segunda orienta-se pelo viés econômico. Ambas, associadas, têm o objetivo de promover coesão social, respeitar e valorizar o meio ambiente e a diversidade cultural, contribuir para uma gestão integrada e eficiente e promover o desenvolvimento local por meio de criatividade e adaptabilidade (Amaro, 2004). Nesta segunda perspectiva identifica-se uma orientação pela visão prevalecente do capitalismo, uma vez que se pauta em lógicas, como a da eficiência e da gestão, aspectos do *mainstream* das organizações orientadas pelo mercado.

Para Singer (2000, p. 13):

A economia solidária se baseia no princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios. Isso se dá não somente nas fábricas, mas também nas redes de transporte, comunicação, de suprimento de energia, de água, de vendas no varejo, etc.

Picolotto (2008) defende que a economia solidária se constitui a partir de experiências das lutas dos trabalhadores, em oposição às relações do capital e do trabalho no regime capitalista, visando a estabelecer novas relações de trabalho e, especialmente, de distribuição da riqueza gerada.

Na visão de França e Dzimira (2014), a economia solidária abarca um universo de preocupações que se dá pelos limites do Estado e do Mercado enquanto reguladores da atividade social e econômica. A estes limites soma-se a crise do modelo salarial, baseado no emprego de tempo integral, que não foi capaz de oferecer trabalho e renda de forma plena, redundando em exclusão de contingentes de trabalhadores do campo e da cidade.

Além dos estudiosos do tema, há iniciativas governamentais que se preocupam em delimitar teoricamente a economia solidária, objetivando alinhamento para o estabelecimento de políticas públicas, como, por exemplo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para o qual, como uma nova maneira de organizar o trabalho e os recursos produtivos e distribuir a riqueza gerada, a economia solidária “[...] compreende práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas auto gestionárias, redes de cooperação, entre outras” (Ministério..., 2011).

A perspectiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES (Fórum..., 2012) se alinha e amplia a concepção do MTE (Ministério..., 2011) sobre o que caracteriza a economia solidária: são iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e

consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais e garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover a preservação ambiental.

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver; sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente; cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem (Ministério..., 2011).

As premissas que orientam a economia solidária fundamentam-se em aspectos que se contrapõem aos pressupostos norteadores da economia capitalista e, além disso, procuram dar conta de problemas que esta forma de organizar o trabalho e distribuir a riqueza tem gerado.

Desta maneira, inverter a lógica de quem seriam os agentes detentores dos meios de produção e distribuição de bens e dos resultados que a produção e circulação de bens geram, constitui-se na essência da economia solidária. Alternativamente ao modo de produção capitalista, a economia solidária apresenta-se como forma de inclusão social para cidadãos marginalizados no sistema tradicional (e vigente até hoje) de trabalho e geração de riqueza (Singer; Souza, 2000).

Para Basso, Leme e Silveira (2010, p. 339),

[...] empreendimentos de economia solidária são vistos como uma proposta sistêmica resultante de um conjunto de perturbações que forçam o sistema a se refazer, podendo o novo sistema ser mais eficiente para assegurar um processo de desenvolvimento que combine fatores socioeconômicos e ambientais de forma mais equitativa e sustentável.

Compreende-se, assim, que a economia solidária, enquanto lógica de desenvolvimento, pode se dar a partir de reacomodações nos sistemas sociais e, desta maneira, na tentativa de construir alternativas à lógica vigente da



competição no mercado. A economia solidária pode ser vista como uma forma de socialização do trabalho, em oposição à perspectiva individualizadora, compreendendo-se que em empreendimentos solidários o êxito dependerá do comprometimento de cada um dos indivíduos (Jesus; Tiriba, 2003).

A economia solidária aproxima-se da lógica do comércio justo, entendido como

[...] o fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça e solidariedade nas relações comerciais que resultem no protagonismo dos Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES) por meio da participação ativa e do reconhecimento da sua autonomia (FACES do Brasil, 2011).

Há vários significados, sob os quais o comércio justo tem sido abordado, contudo o entendimento que parece ser proeminente define o comércio justo como o estabelecimento de “equidade” entre os parceiros comerciais, principalmente os Estados (Balaam; Veseth, 2008). De outra maneira, significa dizer que há o comércio justo quando todos os parceiros comerciais aderem às mesmas normas (Goldstein; Pevehouse, 2007; Cohn, 2008). Corroborando essa lógica, a estratégia do comércio justo se apresenta como uma forma de estruturar o intercâmbio comercial que leve ao desenvolvimento sustentável (Vandame et al., 2008).

Trabalhar na lógica do comércio justo significa, prioritariamente, envolver-se com produtores desfavorecidos, incentivando seu desenvolvimento autônomo e sustentável mediante condições comerciais vantajosas, como a garantia do preço de compra, o contrato de longo prazo, o pré-financiamento e a atribuição de um prêmio de desenvolvimento (Lecomte, 2004).

O objetivo do movimento do comércio justo, conforme Gendron (2004), é favorecer o entendimento de que há assimetrias nas trocas comerciais Norte X Sul e verificar se haveria maior desenvolvimento do Sul se essas assimetrias forem reparadas. Pelo comércio justo, entretanto, não se busca

influenciar diretamente no desenvolvimento, mas em se gerar condições de que, pelo menos, se viabilizem novas condições de mercado. Assim, o movimento do comércio justo se apresenta como uma alternativa ao sistema comercial vigente, cuja estrutura oligopolista, assentada no poder econômico, gera maior discrepância nas assimetrias, uma vez que os produtos manufaturados do Norte têm maior valor agregado que as *commodities* do Sul. Desta forma, o comércio justo objetiva estabelecer novas concepções de mercado, cujos parâmetros de regulação não sejam mecanismos de protecionismo, preços e tecnologias, mas com base na solidariedade e no reconhecimento do trabalho dos sujeitos por trás dos produtos.

Goodman (2003) defende que o comércio justo, ao propor uma nova lógica nas relações de troca, pretende criar uma “economia moral” de desenvolvimento alternativo e cita duas características pelas quais os produtos do comércio justo se diferenciam das *commodities*: a primeira é que o consumo não implica no término de uma cadeia de mercadorias, uma vez que o ato de consumir representa a habilidade para se trabalhar e refazer a identidade do consumidor, sendo mais uma atitude de engajamento do que de consumo propriamente dito. Nesta perspectiva, a ação de consumir torna-se um posicionamento político, diferente de outras formas tradicionais de mobilização; a segunda característica é que há a produção e migração de várias formas de conhecimento nas cadeias que se estendem da produção ao consumo final, posto que significados, mais do que produtos, são negociados nessas cadeias, elucubrando conhecimentos de produtores e consumidores que se constituem em sujeitos reflexivos.

Pode-se afirmar, também, que os movimentos da economia solidária e do comércio justo promovem a aproximação entre questões éticas e aspectos materiais da produção e distribuição da riqueza gerada à medida que se busca a geração de renda para os contingentes de excluídos pelo “sistema salarial”. Segundo Carneiro (2007), porém, é imprescindível se reposicionar

perante os mecanismos de exclusão, criando condições para que os excluídos, e aqueles em processo de exclusão, sejam os sujeitos na construção desses movimentos, assim como protagonizem essas iniciativas.

## ***A Agroecologia e o Comércio Justo***

A agroecologia é “[...] não apenas um conjunto de ferramentas de ordem técnica, e sim, como uma disciplina que busca mudar profundamente as práticas e os comportamentos, empoderando jovens e mulheres, por exemplo” (Bloch, 2008, p. 27).

Na produção agroecológica, mais importante do que a maximização do lucro é procurar a interação permanente dos três componentes constitutivos do que denomina o “tripé de sustentação” dos consórcios agroecológicos. Esses três componentes são: 1) a estabilidade dinâmica do agro ecossistema; 2) a segurança alimentar; e, 3) a geração de renda. É a estabilidade dinâmica desse “agro ecossistema” que o torna capaz de conviver com as condições climáticas extremas do semiárido (resistência) ou, no pior dos casos, recuperar-se rapidamente depois de atravessar secas prolongadas ou outros eventos climáticos extremos (resiliência). A segurança alimentar corresponde à necessidade de assegurar, a partir das possibilidades oferecidas pelo agro ecossistema, uma adequada alimentação, nutrição e saúde às famílias produtoras. A geração de renda envolve um esforço importante e contínuo em direção ao mercado, aqui, principalmente, o comércio justo da pluma de algodão orgânico (Bloch, 2008, p. 45).

Para o Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal de Ouro Preto – Cecane/Ufop (Centro..., 2012, p. 5), a agroecologia tem como princípios: “o manejo ecológico das riquezas naturais (sustentabilidade ecológica); a construção de relações justas e solidárias, com respeito às diversidades culturais; a distribuição equilibrada das riquezas; o consumo consciente e a comercialização justa, possibilitando uma vida digna no campo e na cidade.” É importante aqui se apresentar o

conceito de produção orgânica, pois há evidências de que se confundem o entendimento dessas duas lógicas: agroecologia e produção orgânica. Para tanto, apresenta-se o que propõe Brasil (2003), para o qual o sistema orgânico de produção é:

[...] todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

Destaca-se que as diferenças fundamentais são que a produção agroecológica apresenta uma concepção mais ampla que a produção orgânica, considerando, inclusive, a lógica do comércio justo, enquanto a produção orgânica está mais restrita às técnicas de produção e aos insumos utilizados. Outra questão importante é que a produção orgânica pode ser inserida na lógica de mercado como a de *commodities*, por exemplo. Neste sentido, cita-se o caso do açúcar orgânico que é produzido pelo agronegócio em grande escala e voltado à lógica do mercado, o que não acontece com a produção agroecológica, uma vez que este sistema de produção tem sua base na agricultura familiar e não se alinha às regras do mercado.

Sistemas de comércio justo, em diversas experiências, mostraram-se eficientes na redução dos riscos de produção e comercialização a que pequenos agricultores estariam expostos, caso fossem trabalhar com o mercado convencional. Por exemplo, o comércio justo proporcionou benefícios econômicos a pequenos agricultores equatorianos, dedicados à agroecologia, incluindo: preços mais altos, transparência na pesagem e classificação dos produtos, pagamento à vista (Nelson; Tallontire; Collinson, 2002).

Outra experiência exitosa é a de uma companhia de *fair trade* em Gana, fundada por cooperativas de pequenos produtores de cacau agroecológico, onde a renda dos associados aumentou significativamente e esses pequenos produtores puderam investir na criação de cooperativas de crédito, assistência médica, novas escolas e aumentou o número de famílias com acesso a bens fundamentais, como a água potável (Doherty; Tranchell, 2005).

A comercialização do algodão agroecológico, no Brasil, firma-se sob a estratégia do comércio justo, especialmente na experiência da Rede Justa Trama (Lima, 2007; Bloch, 2008). Com esta estratégia, há ganhos significativos para todos os elos da cadeia, quando se compara ao sistema convencional de produção e comercialização. Para exemplificar, o preço pago pela Justa Trama aos produtores de algodão agroecológico é de R\$ 25,00 por arroba, enquanto no mercado convencional o preço médio era de R\$ 15,00 por arroba.

Além do aspecto objetivo da remuneração do produto, há evidências de que o comércio justo favoreça a organização em cada uma das etapas, desde a produção primária até a comercialização do produto final. Essa organização se dá de forma pontual em cada uma das etapas e de forma integradora, em rede, organizando toda a cadeia produtiva, o que não ocorre na lógica convencional.

Apesar das evidências dos benefícios da produção agroecológica e comércio justo, somente por meio da investigação sistemática será possível conhecer quais aspectos deste tipo de produção, poderão, de fato, contribuir para a melhoria das condições de vida dos envolvidos, compreendendo-se, também, os *trade-offs* entre esse sistema de produção e os riscos envolvidos, e o comércio justo e os desafios que este enfrenta ante a lógica convencional do mercado (Franzen; Mulder, 2007).

## ***A Produção Agroecológica e os Seus Gargalos***

Em gestão da produção, o conceito de gargalo é largamente utilizado, significando restrições à saída (*outputs*) do sistema de produção (Goldratt; Fox, 1997). A produção primária no Brasil se desenvolveu sob a perspectiva do Paradigma da Revolução Verde, que se baseia na utilização intensiva de insumos químicos. Em vista de problemas que este modo de produção gerou ao meio ambiente e da dependência que o mesmo impõe aos produtores em relação aos insumos, surgiu um movimento alternativo – a agroecologia.

Um dos maiores gargalos da produção agroecológica no Brasil é desenvolver maneiras de se tornar economicamente sustentável (Almeida, 2002). Esta preocupação ocorre pela restrita disponibilidade de tecnologias adequadas a essa lógica de produção e, como fator agravante, a utilização inadequada ou má adaptação de tecnologias. Outro entrave relevante é “[...] a baixa capacitação profissional para enfrentamento da complexidade dos sistemas produtivos e da agroecologia” (Almeida, 2002, p. 5).

No Brasil, as organizações de agricultores e as ONGs de assessoria a trabalhadores rurais avançaram bastante no campo das tecnologias apropriadas e da produção agroecológica. Souberam também consolidar o espaço da ação não governamental e, partindo dessa base mais firme, superar o tabu da parceria com o Estado. Hoje, a bola da vez é o mercado. A comercialização da produção – *in natura* ou beneficiada – é certamente um dos maiores gargalos da agricultura familiar e representa um enorme desafio para os agricultores pobres da região Nordeste do Brasil (Bloch, 2008, p. 6).

Além desses aspectos, a descontinuidade na produção, baixos volumes produzidos, a irregularidade na quantidade ofertada, a qualidade dos produtos ofertados, a frágil infraestrutura de produção e comercialização, a baixa disponibilidade de recursos produtivos (capital e mão de obra) e a fraca organização dos pequenos produtores e trabalhadores rurais, impedem o avanço da produção agroecológica (Fonseca; Colnago; Silva, 2009), pelo menos em escalas compatíveis com a demanda.

Para Oliveira, Sambuichi e Silva (2013), os principais gargalos da produção agroecológica seriam a certificação e, como consequência disto, a restrição de acesso a mercados e falta de apoios externos, como políticas públicas específicas, linhas de crédito para financiar a produção e assistência técnica. Na visão destes autores, entretanto, a restrição mais crítica seria a falta de certificação, que se torna onerosa em razão de ser realizada por terceiros e não por órgãos públicos de assistência técnica, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), por exemplo. Neste sentido, é importante reforçar que estratégias associativas poderiam mitigar essa restrição, uma vez que haveria maior escala e, em contrapartida, se diluiriam os custos de certificação. Já, de acordo com Machado (2013), os gargalos da produção agroecológica seriam a assistência técnica, o acesso a mercados, a ainda elevada dependência de insumos externos à propriedade e a restrição de mão de obra.

## **Método do Estudo**

Este estudo se caracteriza pelo caráter exploratório e por sua abordagem essencialmente qualitativa. Denzin e Lincoln (2007, p. 22-23) defendem que a competência da pesquisa qualitativa é “[...] o mundo da experiência vivida, pois é nele que a crença individual, a ação e a cultura se entrecruzam... a ênfase recai sobre as qualidades das entidades.” Nesta perspectiva, procurou-se investigar quais são os gargalos e como eles implicam na expansão da produção e comercialização do algodão agroecológico da Adec.

Na realização do estudo observaram-se duas etapas, que são caracterizadas de forma pontual. A primeira etapa, considerada exploratória, deu-se por meio da revisão de literatura das temáticas abordadas neste trabalho. Esta fase do estudo tinha como principal objetivo buscar elementos que fundamentassem a análise e discussão dos dados, com especial atenção a pesquisas sobre gargalos da produção agroecológica.

Na segunda etapa, descritivo-analítica, efetivou-se a coleta, análise e discussão dos dados. A coleta dos dados ocorreu por meio de duas estratégias: para dados primários realizaram-se duas entrevistas em profundidade: uma com duração de 1h30min e outra com 1h45min. Os entrevistados foram um dirigente do Esplar e um dirigente da Adec, respectivamente. A escolha desses entrevistados deu-se em virtude do papel que desempenham nessas organizações e a experiência que ambos apresentam em relação ao tema pesquisado. Neste sentido, foram efetivados contatos prévios por telefone para expor a pauta da entrevista, com o objetivo de investigar se o potencial entrevistado seria a pessoa indicada para se levantar os dados que se pretendia conhecer. O dirigente do Esplar é a pessoa responsável pela interlocução entre esta organização, o comprador internacional de parte da produção e também com outras organizações que interagem com a Adec. Já o dirigente da Adec é, entre outras atribuições, responsável pela assistência técnica aos produtores no município de Tauá (CE) e também pela interlocução com outras prefeituras e sindicatos de trabalhadores rurais de municípios em que existam produtores de algodão agroecológico ligados à Adec. Os dados secundários foram obtidos das *Web Pages* do Esplar, Rede Justa Trama e Prefeitura de Tauá (CE), e publicações relacionadas à Adec e Rede Justa Trama. Justificam-se as escolhas dessas organizações por serem atores ligados à produção, transformação e comercialização da matéria-prima e produtos acabados do algodão agroecológico.

## Resultados – Apresentação, Análise e Discussão

A produção agroecológica de algodão, segundo Bossle et al. (2012), é realizada em 23 países, com possibilidades de práticas que variam de um país para outro, porém há cuidados culturais comuns entre todos: proibição do uso de insumos químicos, tanto fertilizantes quanto pesticidas, e vedação do cultivo de variedades cujas sementes sejam geneticamente modificadas. Já, Silva et al. (2013) argumentam que essa forma de cultivo do algodão tem



se viabilizado no semiárido nordestino, especialmente com base no consórcio de culturas, por ser uma lógica de cultivo que permite ao agricultor familiar a mitigação dos efeitos da restrição de água no solo, diversificando a produção e promovendo a complementaridade de uso do espaço no solo entre culturas que apresentem compatibilidade, como algodão, milho, aipim, feijão, gergelim, entre outras.

Bloch (2008) argumenta que produtos agroecológicos, como o algodão, têm na comercialização um de seus gargalos mais importantes, pois, geralmente, é feito *in natura*, isto é, sem um mínimo processamento. Neste sentido, reforça-se que a Adec somente descaroça o algodão, ou seja, separa o caroço da pluma, no entanto a pluma segue para o mercado sem qualquer processamento.

Os compradores de algodão agroecológico da Adec são empresas que compõem a Rede Justa Trama e a Veja. Segundo o entrevistado da ADEC, embora a carteira de clientes seja composta por apenas essas duas organizações, isto não configuraria um entrave à comercialização ou expansão da produção, pois o atendimento a novas demandas seria bloqueado pela baixa quantidade de algodão produzida e ofertada. Além disso, as formas de negociação, baseadas em cooperação e diálogo, concernentes à concepção do comércio justo, contribuem para a elaboração de acordos relacionados a preços, quantidades, qualidade do produto e forma de pagamento. O resultado da negociação realizada entre a Adec e as outras empresas da Rede Justa Trama é a distribuição de peças para vestuário comercializadas no mercado nacional.

Em relação aos volumes de comercialização, a Adec tem a Veja, empresa que produz e distribui produtos como tênis e bolsas no mercado internacional, principalmente na Europa, como maior cliente, negociando 60% da sua produção, enquanto os outros 40% são comercializados com a Rede Justa Trama.

No que diz respeito à escala de produção, destaca-se a baixa produtividade, média de 250kg/ha, o que influencia diretamente o atendimento às demandas, inclusive aquelas já existentes. Ainda, fatores climáticos, como a baixa incidência de chuvas, com precipitação média anual de 399mm (Prefeitura de Tauá, 2012) e a desistência de agricultores após a primeira safra do algodão agroecológico, intervêm neste processo.

Para empreendimentos que trabalhem na lógica da economia solidária ou do comércio justo, a escala pode se constituir em um dos fatores que impedem o avanço da atividade (Ministério..., 2007). No caso da Adec, o que se evidencia como aspectos que impactam na escala do algodão agroecológico são, principalmente, a produtividade, o número de produtores e o tamanho da área cultivada por agricultor familiar. Neste sentido, os entrevistados argumentam que, de um lado, por ser feito o plantio consorciado com mandioca, gergelim, milho ou feijão, o algodão agroecológico ocupa em torno de 40% a 60% da área cultivada. Em um hectare plantado pelo agricultor familiar, neste caso, seriam ocupados em torno de 4.000m<sup>2</sup> a 6.000m<sup>2</sup>. Assim, destaca-se que não se trata da produtividade da área plantada com o algodão agroecológico, mas da produtividade por hectare ocupado. Os entrevistados, quando se reportavam a esta questão, mencionavam que o plantio consorciado é uma estratégia do agricultor familiar para mitigar os efeitos de adversidades climáticas – restrição ou excesso de chuvas, melhorar a condição do solo, reduzir impactos com ataques de pragas e se inserir na lógica da produção agroecológica, que não se alinha à monocultura extensiva. Nesta perspectiva, Altieri (1989) assevera que os sistemas agroecológicos consorciados reduzem o uso de energia e outros insumos, melhorando a taxa de retorno e promovendo a reciclagem de nutrientes e matéria orgânica, com aumento da capacidade de uso do solo para assegurar o emprego eficiente dos recursos, redundando em um sistema resiliente e de produção agrícola diversificada. Albuquerque et al., (2010, p. 344) reforçam esta perspectiva afirmando que “[...] nestes sistemas de cultivo o risco de perda é minimizado devido à diversidade de cultivo e à menor entrada de insumos.”

Quanto às tecnologias utilizadas na cultura do algodão agroecológico, percebe-se que, apesar de não se inserir no contexto da mecanização e uso intensivo de recursos técnicos considerados avançados, essa cultura demanda elevado nível de conhecimento, sobretudo no manejo, associado ao gerenciamento das culturas utilizadas na consorciação. Além disso, por conta das características edafoclimáticas em que se cultiva o algodão agroecológico – semiárido nordestino – há restrição hídrica. Esta questão levanta uma discussão relevante sobre a produção agroecológica que, segundo os entrevistados, caso fosse irrigar o algodão, não seria sustentável, por conta do elevado custo dessa irrigação.

Ainda com relação à demanda de conhecimentos para o cultivo do algodão agroecológico, o controle de pragas, como o bicudo e a lagarta rosa, é feito sem o uso de inseticidas. No caso da lagarta rosa, o controle se faz à base do óleo de *Nim*, que é uma planta originária da Ásia que se adaptou bem à Região (Nordeste). No caso do bicudo, que é uma das pragas de maior risco ao algodão, o controle é feito mediante catação manual. Além das questões de controle às pragas, práticas como o plantio com culturas associadas, rotação de culturas, época de plantio, manejo e controle de ervas invasoras, requerem conhecimentos que não se encontram sistematizados em obras da literatura pertinente, e, se talvez estivessem, os agricultores familiares, que cultivam o algodão agroecológico, não teriam acesso, ou por seu grau de instrução teriam dificuldades para acessar conhecimentos sistematizados. Neste caso, seria oportuna (e necessária) a formação de técnicos para assistência técnica a esses produtores. Neste sentido, Oliveira, Sambuichi e Silva (2013) e Machado (2013) advertem que um gargalo relevante da produção agroecológica é a assistência técnica.

Outro aspecto relevante que diz respeito à produtividade do algodão agroecológico, de acordo com representante da Adec, é a prioridade dada à cultura, pois há agricultores que acabam não dedicando a atenção necessária a essa cultura, o que compromete a produtividade. Podem-se ser citados como

exemplos a demanda de cuidados no controle de pragas, ervas invasoras, fertilização (orgânica) do solo, preparo e aplicação de adubos foliares (à base de urina de gado), etc.

Para Fonseca, Colnago e Silva (2009), Oliveira, Sambuichi e Silva (2013) e Machado (2013), a mão de obra é um dos gargalos de maior relevância na produção agroecológica. No caso em estudo, os entrevistados relatam que o campo, além de estar “esvaziando”, está envelhecendo: os jovens vão para a cidade estudar ou em procura de trabalho e não retornam. Com isso a população diminui e, como ficam os mais velhos, aumenta a parte superior da pirâmide etária da população rural. Os que permanecem, com idade acima de 50 anos, não possuem tanto vigor físico e disposição para trabalhar na lavoura. Assim, com a restrição da mão de obra, comprometem-se os cuidados com a lavoura do algodão agroecológico.

Em relação ao número de agricultores que cultivam o algodão agroecológico, o representante da Adec relatou que o índice de desistência após o primeiro ano de plantio é elevado (aproximadamente 40%). Este fato exerce um efeito crítico sobre a escala de oferta do algodão agroecológico, pois a cada ano a Adec precisa inserir novos agricultores familiares no programa e estes têm de ser treinados e acompanhados de forma mais sistemática que aqueles que já se encontram no programa. Aliado a este aspecto, o tamanho da área cultivada com algodão agroecológico por agricultor familiar também impacta diretamente na escala de produção. O tamanho médio da área que cada agricultor cultiva com algodão agroecológico é de 1,0 – 1,1ha. O que restringe o tamanho da área ocupada com este produto é a demanda por mão de obra que o mesmo apresenta.

Inferese que a regularidade da produção, na Adec, é fortemente influenciada pela rotatividade de agricultores na produção do algodão agroecológico, assim como por questões climáticas. Além disto, outros pontos a serem destacados são a pluriatividade, evasão dos jovens do meio rural e dificuldade logística para apoio técnico. Estes aspectos relacionam-se ao fato da procura dos jovens por qualificação e melhoria de acesso às escolas.

Esses jovens, homens ou mulheres, se tornam professores, faxineiros(as), pedreiros ou exercem outras profissões, e as pessoas que permanecem no campo continuando as atividades tradicionais de plantio e colheita, possuem idade mais avançada.

No que respeita aos recursos financeiros para custeio das lavouras, a Adec não tem estrutura de capital de giro para financiar a produção e aguardar até a colheita para o retorno do capital alocado, e, em virtude de seu caráter jurídico, não consegue acessar recursos de políticas públicas, como o financiamento das lavouras, ficando na dependência de adiantamentos dos compradores da produção.

Na visão de Fonseca, Colnago e Silva (2009) e Oliveira, Sambuichi e Silva (2013), o acesso a recursos, como linhas de crédito para financiamento da produção, se constitui em um gargalo significativo para a produção agroecológica. No caso em estudo, depreende-se que a falta de capital de giro é uma restrição crítica à expansão da produção e, conseqüentemente, à comercialização do algodão agroecológico da Adec. Para o representante da Adec, a falta de formação de capital de giro seria um dos gargalos preponderantes para expandir a produção, uma vez que depende dos ajustes entre a Adec e compradores e, ainda, fazer a previsão de safra para os compradores adiantarem parte do pagamento como forma de fomentar a produção é um risco para ambas as partes, que decorre da natureza da atividade.

Para ajustar o recebimento proveniente do fornecimento, contratos são elaborados a partir de encontros para promoção de acordos entre a Adec e seus dois clientes. Ainda, como relatado pelos entrevistados, há a possibilidade de adiantamento de parte dos pagamentos para financiar a produção, sendo isto feito com base nas previsões de safra, diminuindo riscos para o produtor e para as empresas compradoras.

Em relação ao preço do algodão agroecológico a ser pago ao agricultor familiar, este é combinado e registrado em contrato antes mesmo do plantio. Para fixar o preço, reúnem-se o proprietário da empresa compradora – Veja

– e representantes da Adec. No caso da Justa Trama, como a Adec faz parte da mesma não é necessária a reunião. As discussões são feitas internamente na Justa Trama.

Para a elaboração do preço, é levado em conta o custo de produção, considerando-se os insumos e a mão de obra que o agricultor aloca à cultura. O parâmetro da mão de obra é de R\$ 25,00 por diária, sendo necessárias, em média, 10 diárias para o cultivo de 1 hectare. Após computar as variáveis contempladas na formação do custo e respectivas quantidades, para chegar ao preço final é, ainda, estabelecido um parâmetro a ser observado como lucro para os agricultores familiares. Pode-se questionar: Seriam suficientes, ou justas, 10 diárias para os cuidados em 1,0 hectare de algodão? Analisando-se as atividades desde o preparo do solo, plantio, capina, catação de insetos, como o bicudo, pulverização de óleo de *Nim* para controle da lagarta rosa, colheita e tratos pós-colheita, conclui-se que este parâmetro é subavaliado. Para dirimir a dúvida, perguntou-se a um técnico da Emater/RS o que se empregaria de mão de obra em uma atividade similar, o qual respondeu que seria um mínimo de 12 diárias. Percebe-se que está defasado esse parâmetro e seria necessário corrigi-lo.

O preço praticado atualmente na aquisição do algodão agroecológico da Adec é de R\$ 25,00 por arroba. Este valor é praticado desde 2006. São, portanto, 6 anos que os produtores de algodão agroecológico da Adec recebem o mesmo preço por seu produto. O representante da Adec salientou que, em relação a esta questão, os agricultores familiares estão reclamando por um ajuste de preço para seus produtos, pois, no período mencionado, houve aumento de preços dos insumos utilizados e do custo de vida e isso não foi repassado ao preço do algodão agroecológico.

Outro fator que leva os agricultores familiares a reclamarem por ajuste de preço do seu produto é que o algodão *commodity* também teve seu preço majorado de forma expressiva: o produto que era remunerado a um preço médio de R\$ 13,00 por arroba, atualmente está em R\$ 20,00 por arroba.

Quando são considerados os aspectos da alta do preço dos insumos e custo de vida e mais a alta do preço da *commodity*, que chega a patamares próximos do preço do algodão agroecológico, cria-se um dilema para o agricultor familiar: Produzir algodão agroecológico, que demanda maior alocação de mão de obra, está exposto ao risco do ataque de pragas e, no recebimento por parte do comprador, requer cuidados especiais, enquanto os usineiros recebem sem maiores restrições, ou produzir o algodão *commodity*? Quanto ao índice de desistência de agricultores familiares, após o primeiro ano de plantio do algodão agroecológico o representante da Adec mencionava que, quando esses agricultores tomam conhecimento das exigências em relação aos tratos culturais que a cultura apresenta, decidem por desistir. Outro aspecto que, segundo o representante da Adec, leva agricultores familiares a abandonar o plantio de algodão agroecológico, é a alta do preço da *commodity* (que chegou próximo aos praticados pelo comércio justo – Veja e Justa Trama). É importante destacar que a alta no mercado internacional da *commodity* parece ter gerado efeitos críticos severos nas relações entre a Adec e o seu maior cliente, a Veja, pois esta não se dispunha a majorar os preços a serem pagos pelo algodão agroecológico com o argumento de que fez investimentos, ampliou sua rede de distribuidores e, portanto, aumentou seus custos.

O que atrai os agricultores familiares que optam por vender sua produção para usinas que trabalham com a *commodity* são as facilidades como menor cuidado da cultura, tolerância a impurezas e menor exigência de qualidade no recebimento do produto e pagamento à vista de todo o valor da produção, como principais fatores. O pagamento da produção, no caso da Veja e Justa Trama, é feito em duas etapas: 50% são pagos conforme a previsão de safra (adiantado) e o restante é pago após a entrega do produto, que, geralmente, acontece em novembro ou dezembro.

A lógica do comércio justo, conforme Balaam e Veseth (2008), baseia-se na equidade entre os parceiros comerciais. Desta forma, se um lado das relações comerciais cresce, supõe-se que o outro também deva crescer. Ainda nesta perspectiva, LeComte (2004) defende que a lógica do comércio justo

significa envolvimento com produtores desfavorecidos e requer incentivo ao seu desenvolvimento autônomo e sustentável, por meio de condições comerciais vantajosas, como a garantia do preço de compra, o contrato de longo prazo, o pré-financiamento e a atribuição de um prêmio de desenvolvimento. Considera-se, assim que o fator preço se constitua em um dos aspectos de maior relevância deste estudo, uma vez que a remuneração da produção e do trabalho envolvido (Gendron, 2004) são dois pressupostos fundamentais do comércio justo, associados à equidade das relações (Balaam; Veseth, 2008).

Para melhorar o preço pago aos agricultores familiares, a Adec tentou negociar junto à Veja um aumento. A Veja não consentiu, com o argumento de que, apesar de ter expandido seus negócios, os custos são muito elevados e ela arca com o ônus da certificação, que representa entre 8% e 10% do preço pago aos agricultores. Por outro lado, a Justa Trama se dispõe a pagar até R\$ 27,00 por arroba do algodão agroecológico para a Adec. Este preço, segundo o representante da Adec, seria um parâmetro satisfatório para os agricultores familiares. Esta, entretanto, é uma questão em aberto, que ainda poderá ter outros desdobramentos de acordo com o representante da Adec, pois os agricultores familiares consideram que, na situação atual, o preço pago pelo algodão agroecológico não estaria se alinhando aos pressupostos do comércio justo.

Além dessas emergências, o estudo aponta para outros aspectos que se evidenciam nas falas dos entrevistados e que são associados diretamente à questão da expansão da produção e comercialização do algodão agroecológico da Adec. Neste sentido, uma das argumentações é a aspiração de que essa produção tenha um destino justo, ou seja, de que o produto final seja utilizado por pessoas que não percebam somente um produto, mas que visualizem por trás deste produto toda a lógica subjacente à produção agroecológica e do comércio justo. A fala de um dos entrevistados reforça esta perspectiva: “[...] não sei se o pessoal que compra lá vê tudo que tem por trás disso... a elite europeia, eu não sei se compra por isso... acho que uns 15% compra por ser



agroecológico, porque acredita nisso... queria que os consumidores vissem que não é somente um produto... é produzido por agricultores familiares... pelo menos queria que fosse assim” (Representante da Adec).

Ainda quanto ao comércio justo, um dos entrevistados falava que, para a Adec, trabalhar nesta lógica e não na lógica tradicional do mercado faz toda a diferença, não somente por conta do preço pago pelo produto, mas, sobretudo, porque o Comércio Justo faz com que se estabeleçam novas e diferentes relações entre as pessoas.

A produção agroecológica, na perspectiva de um dos entrevistados, “[...] é uma construção que não se acaba, é sempre um aperfeiçoamento em busca do que a gente quer... superar as desigualdades... se abre como uma perspectiva de transformação social... de ver a natureza.”

Outro aspecto que emerge e se alinha à perspectiva da produção agroecológica e também do comércio justo, é de que essa experiência remete a uma nova forma de se relacionar, não apenas nas transações do produto, mas que se inicia na organização de instâncias, como o Grupo de Agroecologia e Mercado – GAM –, onde se articulam a Adec, representantes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a Veja, Justa Trama e Esplar. O grupo tem reuniões periódicas a cada dois meses, e se constitui em espaço para diálogo aberto, negociações, renegociações, troca de informações, diferente da lógica tradicional de mercado, em que as informações não são trocadas diretamente entre vendedores e compradores de forma aberta e transparente.

Em relação a essa questão, o representante da Adec comentava que gostariam de ampliar a lógica do comércio justo também para outros produtos, como feijão e milho. Os agricultores familiares que cultivam o algodão agroecológico produzem, também, estes produtos como forma de subsistência. Obrigam-se, porém, a vender o excedente a atravessadores que praticam “[...] uma exploração desumana... os agricultores são maltratados, humilhados... eles e suas famílias... há uma exploração desumana mesmo”.

Outro aspecto é quanto à Adec ser transformada em uma cooperativa para poder ter acesso a políticas de crédito, financiamentos e recursos que possam viabilizar a expansão da produção e comercialização do algodão agroecológico e também de outros produtos, como o feijão e o milho. Em relação ao milho, o representante da Adec mencionava que os agricultores familiares não têm onde depositar o excedente para comercializar quando lhes aprouver, ou retirar para consumo na propriedade, o que causa perdas pelo ataque de pragas e roedores ou os força a vender imediatamente após a colheita – época de baixa do preço – aos atravessadores.

## Considerações Finais

Este artigo buscou responder ao seguinte questionamento: Quais os gargalos à expansão da produção e comercialização do algodão agroecológico produzido pela Adec? A representação desses gargalos está apresentada no Quadro 1, onde se faz, também, a partir da descrição da situação problemática, ou favorável, a discussão das implicações.

Quadro 1 – Quadro-resumo das principais emergências do estudo

Gargalos	Descrição	Implicações
Poucos Clientes	A Adec possui apenas dois clientes: Veja e Rede Justa Trama.	Decorrente do comércio justo, os compromissos de comercialização são elaborados em conjunto e comum acordo. O baixo poder de barganha da Adec nas relações com a Veja, no entanto, a torna dependente nas negociações em conjunto.
Escala	Determinantes: a baixa produtividade, o número de produtores e o tamanho da área cultivada por agricultor familiar.	A baixa produtividade influencia no não atendimento a novas demandas e a problemas no atendimento de demandas já existentes pelo descumprimento de acordos preestabelecidos.

<b>Regularidade</b>	Determinantes: rotatividade de agricultores na produção do algodão agroecológico, questões climáticas, pluriatividade, evasão dos jovens do meio rural e dificuldade logística para apoio técnico aos agricultores.	Desistência de produtores ao cultivo do algodão agroecológico; envelhecimento da população na zona rural; retrocesso no nível de qualidade do produto.
<b>Capital de Giro</b>	A falta de formação de capital de giro seria um entrave preponderante para o financiamento da produção.	Dependência de financiamento dos clientes para o plantio, colheita e beneficiamento.
<b>Preço</b>	Ajustado por meio de acordo entre a Adec, Rede Justa Trama e Veja.	Há grande influência da Veja no estabelecimento dos preços. Dessa forma, a Adec se mantém com poder de barganha reduzido.

Fonte: Dados do estudo.

Cabe, também, reforçar um dos aspectos mais relevantes do estudo, que é o preço pago aos agricultores familiares associados à Adec, pois, quando se trabalha na lógica do comércio justo, se deveria estar alinhado aos pressupostos da equidade das relações (Balaam; Veseth, 2008), às condições comerciais vantajosas, como a garantia do preço de compra, o contrato de longo prazo, o pré-financiamento e a atribuição de um prêmio de desenvolvimento (Lecomte, 2004) e à remuneração da produção e do trabalho envolvido (Gendron, 2004). Além disso, a perspectiva defendida por Goodman (2003) é de que o comércio justo extrapola as relações de troca e se constitui em uma produção e troca de conhecimentos e o consumidor se caracteriza como um sujeito político engajado. O ato de consumo revela essa consciência.

Considera-se, ainda, que os resultados do estudo, nomeadamente no que diz respeito aos gargalos da mão de obra e capital de giro, alinham-se e reforçam os estudos de Fonseca, Colnago e Silva (2009), Machado (2013) e Oliveira, Sambuichi e Silva (2013).

Ademais, entende-se que o estudo enseja à reflexão sobre a realidade daqueles agricultores familiares que produzem o algodão agroecológico e que, apesar das dificuldades, permanecem e apostam neste tipo de produção, enquanto outros agricultores, em situações semelhantes, não se inserem

nesta lógica de produção ou desistem da mesma. Pode-se perguntar: Por quê? Quais as motivações de uns e de outros? De outro lado, o papel de instituições como a Adec, Esplar, a Justa Trama e a própria Veja, como atores que viabilizam a produção e comercialização deste produto, até que ponto desempenham de forma adequada seu papel?

Como sugestões de novas pesquisas, acredita-se que investigar a forma de articulação do GAM em vista dos objetivos para participar do mesmo, assim como de resultados que possam proporcionar aos diferentes atores que o compõem, possa ser uma oportunidade relevante. Além disso, a rede de produção de algodão agroecológico, que está “engatinhando”, segundo um dos entrevistados, também se constitui em interessante objeto para investigação.

Como principais contribuições que o estudo oferece, destacam-se a identificação dos gargalos à expansão da produção e a comercialização do algodão agroecológico da Adec, o que se alinha ao objetivo do mesmo. A significância disso, porém, reside no fato de que são discutidos cada um dos gargalos sob duas perspectivas: do representante do Esplar, que, mesmo não estando diretamente ligado à Adec atualmente, foi o pioneiro na disseminação do algodão agroecológico; e do representante da Adec, que está ligado diretamente à produção e comercialização desse produto. Além disso, há possibilidade de contrapor a lógica do comércio justo à lógica tradicional de mercado, especialmente a partir da experiência do GAM, para a comercialização do algodão agroecológico que, apesar da escala modesta, consegue sobreviver, contrariando premissas do mercado de *commodities*, que prevalece na produção primária.

No que respeita a interessados em estudos desta natureza, especialmente formuladores de políticas públicas, considera-se importante mapear a produção agroecológica para se estabelecer a demanda por crédito para o financiamento dessa produção e também desenvolver mecanismos de cobertura, como o Proagro, em caso de frustração das safras. Além disso, assim como o novo mercado institucional da merenda escolar, que é adquirida de

agricultores familiares, e como foi o caso do Selo Combustível Social do Biodiesel, seria importante alguma forma de se institucionalizar um mercado para produção agroecológica.

Ao fechar este trabalho, deixam-se dois questionamentos que, apesar de não serem evidenciados de forma pontual, também motivaram a realização deste estudo: O comércio justo se constitui em uma alternativa viável para todos? Até onde é possível atuar fora do escopo da economia de mercado?

## Referências

ALBUQUERQUE, F. A. et al. Análise energética do cultivo do algodão orgânico consorciado com culturas alimentares. CONGRESSO BRASILEIRO DE MAMONA, 4.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE OLEAGINOSAS ENERGÉTICAS, 1., 2010, João Pessoa. Inclusão Social e Energia. *Anais...* Campina Grande: Embrapa Algodão, 2010. p. 341-347.

ALMEIDA, J. Agroecologia: paradigma para tempos futuros ou resistência para o tempo presente. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba: Editora UFPR, n. 6, p. 29-40, jul./dez. 2002.

ALTIERI, M. A. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: Projeto Tecnologias Alternativas-Fase, 1989.

AMARO, R. R. *A exclusão social hoje*. 2004. Disponível em: <[http://www.triplov.com/ista/cadernos/cad\\_09/amaro.html](http://www.triplov.com/ista/cadernos/cad_09/amaro.html)>. Acesso em: 5 jan. 2013.

BALAAM, D. N.; VESETH, M. *Introduction to international political economy*. Harlow: Pearson; Prentice Hall, 2008.

BASSO, D.; LEME, F. R. M.; SILVEIRA, D. C. Economia solidária e dinâmica de desenvolvimento local: um estudo de empreendimentos econômicos solidários no município de Ijuí-RS. *Emancipação*, v. 10, n. 1, p. 327-340, 2010.

BLOCH, D. *Agroecologia e acesso a mercados*. 2008. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/produtosemercadosdiferenciados/contents/photoflow-view/content-view?object\\_id=901161](http://www.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/produtosemercadosdiferenciados/contents/photoflow-view/content-view?object_id=901161)>. Acesso em: 1º dez. 2012.

BOSSLE, M. B. et al. O comércio justo como agente mitigador das mudanças climáticas: o caso do algodão ecológico. *Contextus*, v. 10, n. 1 p. 30-47, jan./fev., 2012.

BRASIL. *Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003*. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.831.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm#art1)>. Acesso em: 11 out. 2014.

CARNEIRO, V. G. *O movimento social da economia solidária*. Belo Horizonte: DCP-FAFICH; UFMG, 2007.

CENTRO COLABORADOR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (CECANE/UFOP). 2012. *Agroecologia*. Disponível em: <<http://aao.org.br/aao/pdfs/.../cartilha-agroecologia-CECANE-UFOP.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2014.

COHN, T. H. *Global political economy: theory and practice*. New York: Pearson Longman, 2008.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa – teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. p. 5-41.

DOHERTY, B.; TRANCHELL, S. New thinking in international trade? A case study of The Day Chocolate Company. *Sustainable Development*, v. 13, p. 166-176, 2005.

FACES DO BRASIL. *Comércio justo: conceitos e características*. 2011. Disponível em: <<http://www.facesdobrasil.org.br/comercio-justo-no-brasil/77-caracteristicas.html>>. Acesso em: 5 dez. 2011.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. FBES. *O que é economia solidária*. 2012. Disponível em: <<http://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

FONSECA, M. F. A. C.; COLNAGO, N. F.; SILVA, G. R. R. (2009). Características, estratégias, gargalos, limites e desafios dos circuitos curtos de comercialização de produtos orgânicos no Rio de Janeiro: as feiras. In: CBA, 6.; CLAA, 2. *Resumos...* Disponível em: <[www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/.../article/.../6128](http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/.../article/.../6128)>. Acesso em: 15 set. 2014.

FRANÇA, G.; DZIMIRA, S. Economia solidária e dádiva. *Organizações e Sociedade*, v. 6, n. 14, p. 141-183, 2014. FRANZEN, M.; MULDER, M. B. Ecological, economic and social perspectives on cocoa production worldwide. *Biodiversity and Conservation*, v. 16, n. 13, p. 3.835-3.849, 2007.

GENDRON, C. *Un nouveau mouvement socio-économique au cœur d'une autre mondialisation: le commerce équitable*, Chaire de Recherche en Développement des Collectivités. Ottawa: Université du Québec en Outaouais, 2004.

GOLDRATT, E.; FOX, J. *A meta: um processo de aprimoramento contínuo*. São Paulo: Educador, 1997.

GOLDSTEIN, J. S.; PEVEHOUSE, J. C. *International relations*. New York; London: Pearson Longman, 2007.

GOODMAN, M. K. *Reading fair trade: political ecological imaginary and the moral economy of fair trade foods*. Santa Cruz: University of California, 2003.

JESUS, P.; TIRIBA, L. Cooperação. In: CATANNI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

JUSTA TRAMA – Rede Justa Trama. *Cadeia do algodão ecológico solidário*. 2011. Disponível em: <<http://www.justatrama.com.br/home/index.php>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

LAVILLE, J.; GAIGER, L. Economia solidária. In: GAIGER, L. et al. (Orgs.). *Dicionário*

*internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 2009.

LECOMTE, T. *Le commerce équitable*. Paris: Ed. Eyrolles, 2004.

LIMA, P. J. B. F. *Algodão orgânico: bases técnicas da produção, certificação, industrialização e mercado*. 2007. Disponível em: <[www.esplar.org.br/artigos/2007/agosto/algodao\\_agroecologico.pdf](http://www.esplar.org.br/artigos/2007/agosto/algodao_agroecologico.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2011.

MACHADO, R. L. Transição agroecológica de sistemas de produção de leite em Santa Maria/RS. *Cadernos de Agroecologia*, v. 8, n. 2, p. 1-5, nov. 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. MTE Atlas da Economia Solidária. 2007. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>>. Acesso em: 5 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. *O que é economia solidária*. 2011. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria\\_oque.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp)>. Acesso em: 12 dez. 2011.

NELSON, V.; TALLONTIRE, A. COLLINSON, C. Assessing the benefits of ethical trade schemes for forestdependent people: comparative experience from Peru and Ecuador. *International Forestry Review*, v. 4, p. 99-109, 2002.

OLIVEIRA, M. A. C.; SAMBUICHI, R. H. R.; SILVA, A. P. M. Experiências agroecológicas brasileiras: uma análise à luz do desenvolvimento local. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 8, n. 2, p. 14-27, 2013.

PICOLOTTO, E. L. Novos movimentos sociais econômicos: economia solidária e comércio justo. *Otra Economía*, v. 2, n. 3, p. 74-92, 2008.

PREFEITURA DE TAUÁ. *Perfil básico municipal*. 2012. Disponível em: <<http://www.taua.ce.gov.br/dadosestatisticos>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA. Sebrae. *Economia solidária*. 2012. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial/temas-relacionados/economia-solidaria>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

SILVA, G. et al. Desempenho agrônomo de algodão orgânico e oleaginosas consorciados com palma forrageira. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, v. 17, n. 9, p. 975-981, 2013.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

VANDAME, R. et al. Le commerce équitable dans la filière miel en Mésoamérique: de la survie des producteurs à l'incubation du développement durable. In: *Annales 3e Colloque international sur le commerce équitable*. Montpellier, France, 14-16 maio 2008.

Recebido em: 11/2/2014

Aceito em: 1º/12/2014